

CORREIO NACIONAL



Qualificação de profissionais está entre as medidas

As sete ações para proteger saúde mental de apostadores

O governo federal anunciou nesta semana um plano de ação para proteger a saúde mental de apostadores. Estão previstas sete medidas que se baseiam nas conclusões do Grupo de Trabalho de Saúde Mental e de Prevenção e Redução de Danos do Jogo Problemático: Elaboração de um modelo de autoteste da saúde padronizado; Criação de plataforma de autoexclusão de todas as bets; Qualificação de profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) sobre

atendimento a apostadores; Estabelecimento de diretrizes mínimas de atendimento ao apostador no SUS; Elaboração de materiais educativos voltados a atletas sobre integridade esportiva e prevenção à manipulação de resultados; Criação de um Comitê Permanente de Prevenção e Redução de Danos Relacionados a Aposta de Quota Fixa e Cuidados em Saúde Mental; Campanhas de comunicação institucional sobre prevenção e redução de danos.

Desigualdade

Um estudo produzido pela organização da sociedade civil sem fins lucrativos, Oxfam Brasil, reúne dados que reforçam uma relação desigual nos modelos atuais de consumo energético e indicam uma continuidade desse padrão no processo de transição energética. O relatório Transição Injus-

ta: Resgatando o Futuro Energético do Colonialismo Climático, além de dados, traz recomendações em busca de justiça energética. Os pesquisadores se debruçaram sobre os dados relativos aos padrões de consumo de energia em todo o planeta nos últimos 60 anos.

Proteção para gestantes

Além de proteger contra a infecção pela covid-19, a vacinação em gestantes também diminui os riscos de partos prematuros, morte fetal e anomalias congênitas. Essa é a conclusão de um estudo do tipo guarda-chuva, o maior em nível de confiança, apresentado no Congresso da Sociedade

Americana de Pediatria. Conduzido pela pesquisadora Nikan Zargarzadeh, da Universidade de Harvard e do Hospital Infantil de Boston, nos Estados Unidos, o trabalho analisou mais de 200 estudos primários, realizados entre 2021 e 2023, reunindo dados de cerca de 1,2 milhão de gestantes.

Perigo por baixa umidade

O Inmet divulgou na manhã desta terça-feira (30) um boletim que aponta situação de “grande perigo” por causa da baixa umidade relativa do ar em uma região que inclui vários estados da região central do país. O alerta prevê que a umidade deve ficar abaixo de 12%.

Sequelas do vírus da chikungunya

Para saber como o vírus da chikungunya afeta crianças e adolescentes, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) realizou durante quatro anos, no município de Simões Filho, na região metropolitana de Salvador, uma pesquisa com 348 pessoas nessa faixa de idade.

Otimização do uso de IA

Representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações assinam, nesta terça, termo de parceria para o desenvolvimento de soluções e ferramentas que permitam o uso de inteligência

artificial (IA) na gestão e prestação de serviços públicos. O acordo prevê investimento de R\$ 390 milhões ao longo dos próximos quatro anos. Provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, gerido pela Financiadora de Estudos e Projetos.

Regras para pensão a filhos de vítimas de feminicídio

Órfãos menores de 18 anos terão direito a um salário mínimo

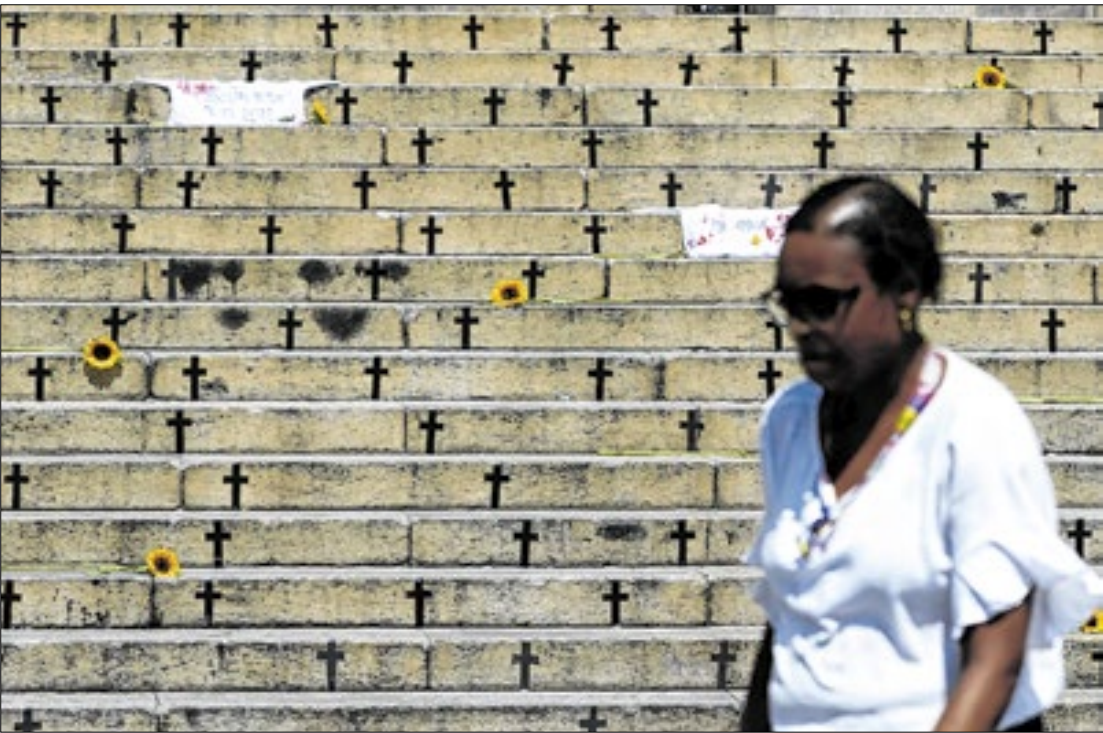
O decreto que cria a pensão especial para filhos e dependentes menores de 18 anos órfãos em razão do crime de feminicídio foi publicado no Diário Oficial da União desta terça-feira (30).

A pensão especial garante um salário mínimo mensal - atualmente R\$ 1.518 - aos órfãos a partir da data do óbito da vítima. A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, afirmou que a pensão especial representa proteção e segurança aos filhos e aos dependentes órfãos dessas mulheres mortas por feminicídio.

“O Estado tem a responsabilidade de assegurar a transferência de renda para que essa criança tenha suas necessidades básicas garantidas, mesmo vivendo com seus familiares, ou para uma criança que será adotada ou uma criança que vai viver, provisoriamente, em um abrigo”, disse durante a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM), em Brasília.

O 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado este ano, registra 1.492 vítimas de feminicídio em 2024, um aumento de 0,7% em relação ao ano anterior e o maior número desde 2015, quando a Lei do Feminicídio entrou em vigor.

Márcia Lopes lamentou a estatística, que representa uma



Tânia Régio/Agência Brasil

A pensão especial garante um salário mínimo mensal - atualmente R\$ 1.518 - aos órfãos

média de quatro mulheres assassinadas por dia.

“Nós queremos eliminar os feminicídios. Nós temos que trabalhar para isso. Nenhuma mulher pode ser morta por ser mulher”, defendeu.

O decreto define que o principal requisito para a concessão do benefício, a manutenção e a revisão da pensão especial é que a renda familiar mensal por pessoa seja igual ou inferior a 25% do salário mínimo.

No caso de a vítima ter mais de um filho ou dependente, a pensão será dividida em partes iguais entre aqueles que têm di-

reito ao benefício.

Os beneficiários devem ter inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico), atualizado a cada 24 meses.

Os filhos e dependentes de mulher transgênero vítima de feminicídio e os órfãos pelo feminicídio que estejam sob tutela do Estado também têm direito à pensão especial.

A pensão não pode ser acumulada com benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ou dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) ou do

sistema de proteção social dos militares.

O pagamento da cota individual da pensão especial será encerrado quando o filho ou o dependente completar 18 anos.

O filho ou o dependente com mais de 18 anos na data de publicação da Lei nº 14.717, de 31 de outubro de 2023, não terá direito à pensão.

O solicitante da pensão especial deve apresentar o documento pessoal de identificação oficial com foto da criança ou do adolescente ou, na impossibilidade deste, a certidão de nascimento.

Intoxicações: CFM cobra reforço da fiscalização

O Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou nesta terça-feira (30) um posicionamento em que cobra reforço na fiscalização para combater os esquemas de falsificação de bebidas alcoólicas, após os casos de intoxicação por metanol no estado de São Paulo, que causaram ao menos três mortes.

O presidente do CFM, José Hiram Gallo, lembrou que esses produtos “geram riscos de adoecimento, sequelas e mortes”.

A entidade orientou a população que, em caso de consumo de bebidas alcoólicas, compre sempre produtos em estabelecimentos confiáveis.

Além disso, é importante recusar produtos que estejam com lacre violado ou tenham rótulos com erros de impressão e sem dados, como CNPJ, número de lote e data de validade.

O presidente do CFM também reforçou o alerta para sinais de intoxicação por metanol: os mais frequentes são dor de cabeça intensa, náuseas, confusão mental, visão turva repentina ou cegueira. Eles podem aparecer entre seis e 24 horas após a ingestão.

“Em caso de identificação desse quadro, deve-se buscar imediatamente os serviços de emergência médica”, alerta Gallo.

A intoxicação por metanol é uma emergência médica de extrema gravidade. A substância, quando ingerida, é metabolizada no organismo em produtos tóxicos (como formaldeído e ácido fórmico), que podem levar à morte.

Os principais sintomas da intoxicação são: visão turva ou perda de visão (podendo chegar à cegueira) e mal-estar generalizado (náuseas, vômitos, dores abdominais, sudorese).



Fabio Rodrigues-Pozzeborn/ Agência Brasil

Participantes da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Delegadas: sistema único de políticas para mulheres

As participantes da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM), em Brasília, propuseram, nesta terça-feira (30), a criação do Sistema Nacional Federativo para as Mulheres com o objetivo de fortalecer a formulação e execução de políticas públicas de direitos das mulheres em todo o país, de forma articulada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios.

Segundo informações da Agência Brasil, para o financiamento contínuo e estável das ações de promoção dos direitos, de eliminação da discriminação da mulher e de enfrentamento à violência em todo o país, várias delegadas da 5ª CNPM pleiteiam a instituição de um fundo nacional para as mulheres.

A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, considera importante o pleito da criação de uma espécie de sistema único de políticas para as mulheres.

“Um sistema [assim] depende do mandato. Ele é constitucional, permanente,

contínuo, assim como o Sistema Único de Saúde [SUS], o Sistema Único de Assistência Social [SUAS], o Sistema Único de Segurança Pública [SUSP], o Sistema Nacional de Cultura [SNC]”, ressaltou.

No entanto, a ministra destaca que é preciso aguardar as deliberações da 5ª conferência e se aprovado pela maioria das delegadas, o Ministério das Mulheres dará continuidade ao debate. “A partir da deliberação destas propostas, esse é um debate que nós vamos dar continuidade. O importante é que as mulheres estão convencidas.”

Fundo nacional

A deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) reforça a demanda. “Se nós articularmos o sistema nacional federativo, nós vamos ter política pública no plano local e a articulação de política no plano federativo com estados, municípios e a própria União.”

Sobre a criação de um fundo nacional para as mulheres como parte de uma política

nacional, Maria do Rosário entende que o financiamento federativo das políticas públicas de direitos das mulheres será responsabilidade de todos. “Tem que estar na lei: todas as prefeituras, todos os governos estaduais, assim como o governo federal, independentemente de quem governar, têm a responsabilidade de ter um órgão específico e a secretaria de apoio às mulheres. E aí, nós vamos ter uma política que não é setorial, porque é preciso dar poder igual, como a ministra Márcia tem, para estar ao lado dos demais ministros, definindo as políticas de governo”, explicou a parlamentar gaúcha.

A ministra Márcia Lopes disse que a criação do fundo é mais complexa do que uma política setorial. “Os [atuais] fundos vão continuar funcionando nas suas políticas e nós teremos que pensar se o fundo para as mulheres será para garantir a gestão, a organização dos setores de gestão da política, como é no Ministério das Mulheres, nos estados e nos municípios”.